

# Executivo vai propor ampliação de prazos

BRASÍLIA — O alongamento da dívida pública deverá ser uma das principais preocupações na elaboração do futuro Orçamento Geral da União. Esta será uma das indicações da Lei das Diretrizes Orçamentárias, que o Executivo enviará ao Congresso Nacional até 15 de abril, e que já está em fase final de elaboração, segundo o Secretário de Orçamento e Finanças, Pedro Pullen Parente. A atual estrutura da dívida, com títulos rolados diariamente no over-

night, é vulnerável a oscilações na taxa de juros e preocupa a equipe do Planejamento, que prefere a substituição paulatina por títulos com vencimento de longo prazo.

A lei terá validade de um ano e conterá prioridades para a elaboração do Orçamento, como determina a Constituição. Se o futuro Presidente quiser alterar seu primeiro Orçamento, deverá solicitar do Congresso a modificação da lei, para depois propor a reformulação.